



ACÓRDÃO Nº 458/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11045/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anuais.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Coari.
- 4- **Exercício:** 2016.
- 5- **Advogado:** Não possui.
- 6- **Responsável:** Sr. Iliseu Monteiro da Silva, ordenador de despesa à época.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAM/DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1218/2018 – MPC – EFC, da Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anuais. Câmara Municipal de Coari. Exercício de 2016.

Irregularidade. Revelia. Alcance. Prazo. Autorização. Recomendações. Ofício. Determinação. Notificação

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea “a”, item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do Voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1- **Julgar irregular** a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Coari, sob a gestão do **Senhor Iliseu Monteiro da Silva**, exercício financeiro de 2016, com fundamento no art. 22, III, “b”, da Lei Estadual nº.2423/96, face à permanência das impropriedades elencadas no item 11 do Voto;
- 10.2- **Considerar Revel** o **Sr. Iliseu Monteiro da Silva**, ordenador de despesas do Poder Legislativo de Coari, exercício financeiro de 2016, com fulcro no art. 88, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;
- 10.3- **Considerar em Alcance** o **Sr. Iliseu Monteiro da Silva**, responsável pelas contas da Câmara Municipal de Coari, no montante de **R\$2.202.242,00** (dois milhões, duzentos e cinco mil, duzentos e quarenta e dois reais), com devolução aos cofres públicos corrigidos nos moldes do art. 304, incisos I, III e VI, da Resolução nº04/2002-TCE/AM, devido às restrições não sanadas abaixo discriminadas:

| Not.05/17-DICAM/CI Restrição nº | Valor (R\$) | Descrição |
|------------------------------------|-------------|---|
| 02 | 76.950,00 | Pelo custo despendido com a remuneração do Controlador Interno do exercício em análise, em razão da ausência de indícios de efetiva atuação do controlador. |



ACÓRDÃO Nº 458/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

| | | |
|--------------|---------------------|--|
| 05 | 799.404,28 | Pelo saldo não justificado da conta "1.1.3.4.1.01.14 RESPONSÁVEIS POR DIFERENÇAS EM C/C BANCÁRIA A APURAR" do Ativo Circulante. |
| 10 | 17.837,22 | Pelo saldo não justificado da conta de despesa "3.4.1.1.1.02 ENCARGOS DA DÍVIDA CONTRATUAL COM INSTITUIÇÕES FINANC". |
| 11 | 54.624,00 | Pela divergência encontrada pelo confronto entre o levantamento interno de Bens Móveis, realizado pelo Setor de Patrimônio da Câmara de Coari, e o valor registrado no grupo Bens Móveis do Balanço Patrimonial. |
| 12 | 612.805,70 | Em Razão da ausência de comprovação da finalidade pública sobre os desembolsos dos cheques relacionados na restrição |
| 16 | 505.176,80 | Em razão da ausência de comprovação do efetivo recebimento dos itens adquiridos por meio dos Registros de Preços nos 01/2016, 03/2016 e 04/2016 |
| 17 | 3.100,00 | Em razão da ausência de comprovação da efetiva prestação do serviço contratado pela Dispensa nº 02/2016 |
| 18 | 1.500,00 | Em razão da realização de despesa da Nota de Empenho nº 109, de 01/07/2016, não inclusa no projeto básico do 1º Termo Aditivo do Contrato CACT 001/2015 |
| 22 | 133.844,00 | Pelos encargos previdenciários (parte segurado) retidos e não repassados ao Fundo de Previdência de Coari |
| TOTAL | 2.205.242,00 | |

10.4- Aplicar Multa ao ordenador de despesa, **Sr. Iliseu Monteiro da Silva**, no valor **de R\$ 43.841,28** (quarenta e três, oitocentos e quarenta e um reais e vinte e oito centavos), que devem ser recolhidos na esfera estadual para o Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, face à as impropriedades



ACÓRDÃO Nº 458/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

elencadas no item 11 do Voto, as quais demonstram práticas de atos com grave infração às normas de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nos termos do artigo 54, II, da Lei Estadual nº.2.423/96, c/c art.308, VI, da Resolução nº.04/2002-TCE/AM;

a) Fixar o prazo de 30 dias para o recolhimento aos cofres estaduais, através de Documento de Arrecadação – DAR (devidamente autenticado), gerado no sítio eletrônico da SEFAZ, sob o código 5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM-FAECE, com comprovação perante este Tribunal, acrescidos da atualização monetária e dos juros de mora devidos, nos termos do art.72, III, da Lei Estadual n.2.423/96 e art. 169, I, da Resolução n.04/02- TCE/AM;

b) Autorizar desde já a instauração do Processo de Cobrança Executiva dos débitos, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, ex vi o art.173 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;

10.5-

Recomendar à Câmara Municipal de Coari que:

10.5.1- Observe os prazos legais de publicação do Relatório de Gestão Fiscal;

10.5.2- Observe os prazos legais de alimentação do Sistema GEFIS, bem como a consistência das informações enviadas;

10.5.3- Atualize o seu Portal de Transparência, nos termos da legislação pertinente;

10.5.4- Observe os prazos legais de remessa dos balancetes mensais, a este Tribunal, via e-Contas;

10.5.5- Observe os modelos de Demonstrações Contábeis definidos no Manual de Contabilidade do Setor Público aplicável a cada exercício, e elabore Notas Explicativas relevantes sobre as suas demonstrações;

10.5.6- Adote as medidas administrativas e judiciais cabíveis para apuração do dano e eventual responsabilização;

10.5.7- Providencie de imediato o registro da Depreciação Acumulada do Ativo Imobilizado do órgão, em cumprimento à Lei 4320/64 e às normas contábeis aplicadas ao setor público;

10.5.8- Evite o registro contábil em contas de nomenclatura genérica em valor que ultrapasse a 10% do saldo total do respectivo grupo de contas;

10.5.9- Providencie o registro contábil do prédio onde funciona a sede da Câmara Municipal no Balanço Patrimonial da entidade;

10.5.10- Evite o registro e evidenciação no passivo da entidade dos valores de Obrigações Previdenciárias Patronais não recolhidas no exercício de 2016, na ordem de R\$ 1.327.384 para o RGPS-INSS e de R\$ 270.582 para o RPPS-COARIPREV, conforme levantamentos realizados pela comissão in loco;

10.5.11- Adote as medidas administrativas e judiciais cabíveis para apuração de eventual dano e sequente responsabilização, em razão da ausência de comprovação



ACÓRDÃO Nº 458/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

da finalidade pública dos saques feitos via cheques no exercício;

10.5.12- Adote as medidas necessárias para o correto controle e registro contábil dos seus itens de almoxarifado;

10.5.13- Observe a Lei de Licitações quanto a autuação de autos administrativos, a existência de parecer jurídico, além da alimentação obrigatória dos atos no Portal e-Contas;

10.5.14- Regularize mediante edição de lei a situação irregular dos cargos de Assessor Parlamentar I, II, III, IV e V, com definição das respectivas atribuições desses cargos e dos critérios de admissão;

10.5.15- Observe com rigor ao limite de 70% da receita da Câmara (art. 29-A, §1º, da CF/88) para despesa relativa à folha de pagamento, inclusive dos vereadores;

10.5.16- Observe os prazos para pagamento do 13º salário dos servidores;

10.6- Oficiar ao Ministério Público do Estado do Amazonas, encaminhando cópia integral dos autos em mídia, de modo a lhe dar conhecimento dos fatos para apuração de atos de improbidade administrativa praticados pelo responsável da Câmara Municipal de Coari, exercício de 2016, por infringência às normas legais já mencionadas e danos ao Erário, de acordo com o inciso XXIV, art. 1º da lei nº 2423/96;

10.7- Oficiar ao Ministério Público Federal, encaminhando cópia integral dos autos em mídia, de modo a lhe dar conhecimento dos fatos para apuração de atos de improbidade administrativa praticados pelo responsável da Câmara Municipal de Coari, exercício de 2016, por infringência às normas legais já mencionadas e danos ao Erário, de acordo com o inciso XXIV, art. 1º da lei nº 2423/96;

10.8- Oficiar à Receita Federal do Brasil do não recolhimento pela Câmara Municipal de Coari, exercício de 2016, dos valores devidos ao RGPS (parte patronal) em 2016, no montante de R\$ 1.327.384,02, e o não repasse de R\$ 388.064,31, referente a parte do segurado, para ciência e adoção das medidas cabíveis;

10.9- Oficiar ao COARIPREV do não recolhimento pela Câmara Municipal de Coari, exercício de 2016, dos valores devidos ao RPPS (parte patronal) em 2016, no montante de R\$ 270.582,39, e o não repasse de R\$ 133.844,37, referente a parte do segurado, para ciência e adoção das medidas cabíveis;

10.10- Determinar à DICAMI que nas próximas inspeções a serem realizadas na Câmara Municipal de Coari, seja observado a reincidência em descumprimento das recomendações formuladas acima, sob pena do disposto no artigo 188, III, “e”, da Resolução nº04/2002-TCE/AM;

10.11- Notificar o Sr. Iliseu Monteiro da Silva e os demais interessados, encaminhando cópia do Relatório/Voto e Acórdão para ciência do decisório e, querendo, apresentar o devido recurso no prazo legal.



ACÓRDÃO Nº 458/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

11- Ata: 25ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 17 de Julho de 2018.

13- Especificação do quorum: Conselheiros Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente

ERICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Conselheiro-Relator

JOAO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral